



ARQUIVO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
**SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E MEIO AMBIENTE**

TERMO DE DECLARAÇÃO:

PROCESSO Nº 8758/2024

D Nº 03823 - 2024

O SISTEMA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE criado pela Lei Municipal nº 5.060/2006 de 30 de março de 2006, e suas legislações pertinentes onde o Departamento Municipal de Meio Ambiente - DEMA **habilitado pela Resolução CONSEMA nº 025/2002 - DOE em 12/11/2002**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e atribuições municipais com base na Resolução nº 237 de 19 de dezembro de 1997, Resolução CONSEMA nº 05/98 de 19 de agosto de 1998, Resolução CONSEMA nº 04/2000 de 28 de abril de 2000, Resolução CONSEMA 167/2007 de 19 de Outubro de 2007, Resolução CONSEMA 168/2007 de 19 de Outubro de 2007, Lei Complementar nº140 de 8 de dezembro de 2011 Resolução CONSEMA 372/2018 de 02 de Abril de 2018 e Convênio de Delegação de Competências exarado pela FEPAM e DEMA, bem como demais legislações pertinentes ao tema, com base nos autos Protocolares do Processo Administrativo Municipal nº **8758/2024 de 25 de outubro de 2024 - SEPLAMA/DEMA**, expede o presente **TERMO DE DECLARAÇÃO**.

1. IDENTIFICAÇÃO:

EMPREENDEDOR: **GALETO ITÁLIA LTDA**  
CNPJ/MF: **93.723.211/0001-33**  
ENDEREÇO: **RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 38, CENTRO**  
CEP: **97.573-460**  
MUNICÍPIO: **SANT'ANA DO LIVRAMENTO - RS**

A **PROMOVER A ATIVIDADE DE:** RESTAURANTE - com área útil total de 793,44m<sup>2</sup>

LOCALIZAÇÃO: **RUA DUQUE DE CAXIAS, Nº 38, CENTRO**  
**SANT'ANA DO LIVRAMENTO/RS**

Ramo de Atividade:

5130,00

Impacto Ambiental:

BAIXO

Início da Atividade: 28/01/2010

II - CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES:

1. Quanto ao projeto urbanístico:

- 1.1. Possuir dispositivos de segurança com proteção contra vazamentos para evitar contaminação das águas e solos da região;
- 1.2. Utilizar procedimentos que evitem a propagação de odores;
- 1.3. Os equipamentos e ou operações passíveis de provocarem emissões de particulados deverão ser providos de sistema de ventilação local ou exaustor com equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões gasosas para a atmosfera;

2. Quanto aos resíduos industriais:

- 2.1. Não poderão ser lançados efluentes em qualquer corpo hídrico sem o tratamento prévio;
- 2.2. Os efluentes líquidos industriais, resultantes da atividade devem ser sempre direcionados ao sistema de tratamento e após a passagem resultar em níveis tais que não poluam os recursos hídricos;
- 2.3. O sistema de tratamento deverá ser mantido limpo com manutenção periódica, ~~garantindo assim, as condições de operação;~~

- 2.4. A empresa deverá segregar, identificar, classificar e acondicionar os resíduos sólidos gerados para armazenagem provisória na área da empresa, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos;
- 2.5. Fica proibida a queima a céu aberto, de resíduos sólidos de qualquer natureza;

**3. Quanto às condições da propriedade:**

- 3.1. Evitar acúmulo de sujidades no entorno da área de atividade do empreendimento;
- 3.2. Evitar acúmulo de resíduos/lixos na rua, que impeçam a livre circulação de veículos ou transeuntes, em especial na área de embarque e desembarque de mercadorias.

**III - PROCEDIMENTO PARA OBTENÇÃO DE DECLARAÇÃO DE ISENTO, O EMPREENDEDOR DEVERÁ APRESENTAR:**

1. Requerimento solicitando a renovação da Declaração de Isento.
2. Cópia desta Declaração de Isento.
3. Cópia do CNPJ em vigor.
4. Declaração de destinação dos resíduos da atividade.

Esta Declaração só é válida para as condições contidas acima e pelo período de **1 (UM) ANO** a contar da presente data. Porém, caso algum prazo estabelecido nesta licença for descumprido, automaticamente esta perderá sua validade, incidindo multa por descumprimento da legislação ambiental. Este documento também perderá a validade caso os dados fornecidos pelo empreendedor não correspondam à realidade.

A presente Declaração só autoriza a atividade, a área em questão e o empreendedor acima especificado. Não podem ser iniciadas quaisquer outras atividades na mesma sem a prévia autorização deste órgão, através da concessão da LICENÇA DE OPERAÇÃO.

Esta Licença não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais Licenças Ambientais.

**Este documento deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.**

**VALIDADE: 06 de DEZEMBRO de 2024 a 06 de DEZEMBRO de 2025.**

